

Decisão da Sete Brasil ameaça investimentos no Estado

Empresa contratada pela Petrobras para construir sete sondas em Aracruz vai pedir recuperação judicial para evitar falência

Gilberto Medeiros
Samantha Dias
Thaissa Dilly

Uma assembleia de acionistas da Sete Brasil – empresas de sondas de águas ultraprofundas e parceira da Petrobras –, realizada ontem no Rio de Janeiro, decidiu que a companhia vai entrar com um pedido de recuperação judicial, botando fim a uma novela que se desenrola há meses e ameaçando investimentos no Estado.

A decisão ocorre depois do sinal verde do Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, acionista com poder de veto que ainda se opunha à medida. A Sete vem se arrastando com uma dívida financeira de cerca de R\$ 17 bilhões.

A Sete Brasil foi criada para gerenciar a construção de 28 navios-sonda para o pré-sal.

Mas sem dinheiro em caixa e envolvida na Operação Lava a Jato, a empresa não conseguiu arcar com o investimento de US\$ 25 bilhões (R\$ 88,25 bilhões) na construção das sondas e reduziu a meta para US\$ 13 bilhões (R\$ 45,89 bilhões), focando em apenas 15 das 28 sondas, sendo sete para serem construídas em Aracruz e as outras no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

No Espírito Santo, o estaleiro Jurong Aracruz é o responsável por construir sete navios-sonda.

O escândalo fechou o mercado de financiamento de longo prazo

para a Sete Brasil, forçando os maiores bancos do País a estenderem o vencimento de mais de R\$ 14 bilhões em empréstimos.

A empresa estava tentando entrar em recuperação judicial (medida para evitar falência) para conseguir arcar com sua dívida com bancos.

Na semana que vem, o escritório Sérgio Bermudes e a consultoria Alvarez & Marsal começam a articular ações preparando a recuperação. Vão se reunir com credores, acionistas, estaleiros e fornecedores.

SÓCIOS

A empresa tem como acionistas o Fundo de Investimento em Participações – FIP Sondas, com 95% do capital, e a Petrobras, com 5%. O FIP Sondas reúne quatro fundos de pensão (Petros, Funcef, Previ e Valia), três bancos de investimentos privados (BTG Pactual, Santander e Bradesco), o FI-FGTS, além de outros fundos.

ENTENDA

Empregos estão em risco

> A SETE BRASIL foi criada em 2010 para construir e alugar sondas para a Petrobras. A Petrobras, única cliente e detentora de 5% do capital da empresa, procurou, sem sucesso, uma arbitragem para refazer os termos de um contrato de longo prazo com a companhia.

> A ESTATAL ajudou a criar a Sete Brasil para gerir a maior frota de perfuração em águas profundas do mundo, com 28 sondas em encomendas prometidas. Mas a Petrobras precisa assinar o contrato, que está em discussão há dois anos.

> A ESTATAL queria fazer uma proposta reformulada, bem menor, após ter sido alvo das investigações da operação Lava a Jato.

> UM EVENTUAL colapso da Sete Brasil colocaria em risco mais de 50 mil empregos diretos no setor, provocando quase R\$ 40 bilhões em perdas, segundo estimativas.

ESTALEIRO JURONG, EM ARACRUZ, é um dos responsáveis por construir os navios-sonda encomendados pela Petrobras



Empresários preocupados

O pedido de recuperação judicial da Sete Brasil trouxe preocupação para os empresários do Espírito Santo. O temor é de que empresas da cadeia produtiva da indústria naval instaladas aqui passem por dificuldades.

“Recebo essa notícia com muita preocupação, pois muitas empresas têm a receber da Sete Brasil, inclusive a Jurong, instalada em Aracruz”, alertou o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fíndes), Marcos Guerra.

“Isso coloca o setor naval em situação difícil e as empresas aqui no Estado também”, afirmou.

Guerra disse que faltou planejamento para a gestão da indústria naval brasileira.

“Aqui no País essa indústria foi construída sem planejamento e sem um alicerce seguro”, disse.

Ele atrelou as dificuldades do setor ao governo federal. “Os escândalos causados pelo governo deixaram a Petrobras fragilizada e isso contaminou o setor”.

A Jurong foi procurada por telefone e e-mail, mas sua assessoria de imprensa não foi localizada, nem retornou às chamadas até o fechamento desta edição.

DIVULGAÇÃO



MARCOS GUERRA teme prejuízos

Sindicatos temem demissões

Com uma possível parada nas operações e atividades da Sete Brasil, os sindicatos estimam que 60 mil trabalhadores diretos e indiretos podem ser demitidos em todo o País.

De acordo com o secretário de administração e finanças responsável pelo segmento naval da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Edson Carlos Rocha da Silva, a decisão de pedir recuperação judicial da Sete Brasil afeta toda a indústria naval no País.

“Entre 50 e 60 mil empregos estão em risco com a parada da Sete Brasil. Somando os contratos do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, são



ROBERTO PEREIRA: preocupação

mais de 12 mil trabalhadores diretos, fora os indiretos. Esperamos que os trabalhadores tenham seus direitos garantidos”, afirmou.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos no Estado (Sindimetal-ES), Roberto Pereira, teme pelos trabalhadores do Estaleiro Jurong Aracruz, contratado para a construção de sete navios.

“É preocupante, pois hoje temos 1.800 profissionais trabalhando diretamente para a Jurong, sem contar os 800 trabalhadores terceirizados da empresa. No ano passado, 500 profissionais foram demitidos. Agora temos uma incerteza quanto aos que ainda estão empregados”, ressalta.

ANÁLISE

“Variedade de setores atingidos pela crise econômica assusta”

“Quando comparamos o primeiro trimestre deste ano com o de 2015, observamos que o número de pedidos de recuperação judicial aumentou mais de 100%. Essa é uma das consequências da gravíssima crise econômica, política e social do Brasil.

O que assusta não é o crescimento dos pedidos, mas a variedade de setores atingidos. É uma crise viral e a recuperação judicial é como se um paciente desse entrada na UTI de um hospital. O risco de morte é

elevado, especialmente quando há atividades cruzadas como o caso da Sete Brasil e a Jurong.

Quando uma não vai bem a outra tende a piorar. E o Estado perde com empregos, renda familiar e receita pública. O momento é de renascimento, de busca incessante pela sobrevivência, e a recuperação judicial é a única solução. Uma solução tão complexa como um tratamento na UTI. Resta ao governo do Estado criar novas alternativas de desenvolvimento econômico”.

Antônio Marcus Machado,
economista e
professor universitário

